

# NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 4 de Maio de 2001

Ano 3 Nº 56

## AL vai votar decreto do plebiscito do Besc

Se o decreto for aprovado, caberá ao TRE determinar uma data para a realização do plebiscito, que poderá ser em outubro próximo.

O Decreto Legislativo nº 02/00, que prevê a realização de um plebiscito entre os eleitores catarinenses para que a população decida sobre a privatização ou não do Besc, vai ser votado no próximo dia 9. A decisão foi tomada na manhã desta quarta-feira (2), após reunião do presidente da Assembléia, deputado Onofre Santo Agostini (PFL), com os líderes de bancada no Legislativo.

O decreto, de autoria do deputado Ronaldo Benedet (PMDB), até agora se encontrava sobrestado na pauta da ordem do dia. Na semana passada, um grupo de representantes dos funcionários do Besc e do Sindicato dos Bancários da Capital esteve na Assembléia solicitando sua votação.



Reunião de líderes com presidente Onofre

(foto Jonas Lemos Campos)

## Agroindústria reunida em Concórdia

Representantes da agroindústria catarinense reunidos nesta quinta-feira (3) em Concórdia, acreditam que a possibilidade de o Ministério da Agricultura iniciar na próxima segunda-feira (7) a vacinação contra a febre aftosa nas áreas fronteiriças do Brasil com a Argentina e Uruguai – onde vêm sendo detectados focos da doença-, mesmo antes da reunião do Circuito Pecuário Sul, marcada para o próximo dia 9, não deverá retirar Santa Catarina da zona livre da aftosa sem vacinação.

A opinião é reafirmada pelo deputado Milton Sander, líder do PPB, que se encontrava em Concórdia debatendo e avaliando os desdobramentos da difusão da aftosa nos países vizinhos. Sander informou que até o momento a agroindústria catarinense confirma sua posição, baseada em dados técnicos, de recusar a vacinação no Estado.

**Frio-** Apesar de todos os esquemas montados pelo governo em termos de

barreiras sanitárias e controle das fronteiras catarinenses, o deputado explica que o vírus da febre também se propaga pelo ar, e não apenas pelos rebanhos contaminados. Pássaros e outros animais podem espalhar o vírus. E, nesse sentido, é com ansiedade que produtores e autoridades

**Vacinação nas fronteiras e clima frio podem manter aftosa longe de SC**

esperam o frio anunciado pelos serviços de meteorologia para os próximos dias, pois o clima frio restringe a proliferação da doença.

O vice-presidente da Comissão de Agricultura, deputado Gelson Sorgatto (PMDB), afirmou que é contrário à vacinação contra a febre aftosa no momento, já que Santa Catarina e Rio Grande do Sul levaram muitos anos para serem enquadrados na zona livre da doença sem vacina-

ção. O parlamentar argumentou que os membros da Comissão aguardam um relatório aprofundado do Ministério da Agricultura, que vai se posicionar até o dia 10 de maio sobre a necessidade de o rebanho serem imunizados.

Sorgatto frisou que a vacinação pode trazer prejuízos aos pequenos produtores de leite e de animais, havendo queda nos preços dos derivados do leite e de carne bovina e suína. Além disso, a imunização do rebanho provocará a perda de mercados importantes, o que prejudicará sensivelmente a economia catarinense. “Só vamos aceitar a vacinação se o Ministério da Agricultura comprovar, com argumentos fortes, que nossos animais estão correndo sérios riscos de contrair a febre aftosa. Caso contrário, deveremos apoiar uma ação mais enérgica do governo, como contratar pessoal da vigilância sanitária para aumentar a fiscalização em nossas fronteiras”, completou o parlamentar.

## OPINIÃO

## Alca: assunto de todos



Nos últimos meses intensificaram-se as discussões sobre a Alca na mídia. Contudo, se fosse realizada uma enquete sobre o significado desta sigla, quantas pessoas saberiam responder? Com certeza o número não seria satisfatório. A Área de Livre Comércio das Américas (Alca) ainda é uma idéia confusa para a população.

Esta situação foi causada pela falta de transparência e democratização na distribuição das informações sobre o processo de implantação do bloco. A sociedade encontra-se alienada e, assim,

acredita que não faz parte da questão, fica restrita aos domínios dos chefes de Estado. Como despertar a população para a transformação que a Alca vai causar em suas vidas frente a este cenário camuflado?

Os parlamentares das nações envolvidas, principalmente dos países em desenvolvimento, vêm demonstrando determinação em fazer a ponte entre o executivo e a sociedade. As insistentes tentativas em participar de encontros de cúpula para defenderem os interesses da população foram negadas sem qualquer justificativa. Afirmo isto com o conhecimento de causa de quem estava presente no Encontro de Cúpula do Mercosul, realizado em dezembro de 2000 em

Florianópolis, e no Encontro de Cúpula das Américas, que aconteceu em Quebec, no Canadá no mês passado. Estas ocasiões foram exemplos de como os chefes dos Poderes Executivos querem reservar para si o direito de modificar radicalmente o atual cenário sócio-econômico dos 800 milhões de habitantes em 34 países das três Américas.

A sociedade está amedrontada pela ignorância e falta de acesso à realidade dos acontecimentos. Medo traduzido em manifestações de protesto de alguns segmentos, nos quais violência já ganhou seu espaço.

Não é possível permitir que a população, através dos parlamentares que a representam, seja impedida de fazer parte do processo de implantação da Alca. Não podemos deixar para entrar em ação depois que cada detalhe já estiver decidido de forma ditatorial pelos presidentes. Esta é uma consolação que os legisladores não precisam, pois não podemos esquecer que questões econômicas como a criação de um território de comércio livre e a isenção de tarifas alfandegárias terão eventualmente que ser discutidas pelos parlamentos das nações envolvidas. São assuntos que envolvem os recursos econômicos dos países e refletem, em curto prazo, na qualidade de vida de sua população, que tem que ser ouvida. Este elo de comunicação cabe a seus representantes eleitos.

Deputado Gilmar Knaesel (PPB)

## Responsabilidade social

Um dos assuntos mais momentosos no âmbito da administração pública é, sem dúvida, a nova Lei de Responsabilidade Fiscal.

Desconsiderando discussões de matiz ideológica quanto à sua edição, pois, indistintamente defluente de gestões do FMI, o fato é que tal lei impôs uma gama de severas restrições aos governantes no que concerne à gestão fiscal, com vistas ao equilíbrio das contas públicas. E foi mais incisiva, para não dizer cruel, com os municípios, se considerado o diminuto lapso temporal a eles concedido para a concreta aplicabilidade de suas prescrições.

Daí a razão de ser a mobilização dos alcaides, com vistas a obter temperamentos momentâneos para os rigores da lei.

Esta lei, contudo, é uma lei-meio, não uma lei-fim. E as grandes demandas sociais estão localizadas nas atividades-fim, como saúde, educação, saneamento básico e segurança pública, dentre outras.

Por isso entendemos relevante trazer à discussão com a sociedade catarinense uma Lei de Responsabilidade Social, que se vai ocupar da atividade-fim (a eficácia), porquanto para a atividade-meio (a eficiên-

cia) já existe, bem ou mal, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A concepção do projeto de lei que estamos submetendo à apreciação da Assembléia Legislativa é bastante singela. Exige do Poder Executivo que componha, anualmente, o Mapa da Exclusão Social, regionalizado, tomando por parâmetro nove indicadores: expectativa de vida, renda, desemprego, educação, saúde, saneamento básico, habitação, população em situação de risco e segurança.

E, mais que isso, também anualmente, com base no diagnóstico decorrente do referido Mapa de Exclusão Social, o projeto obriga o Poder Executivo a fixar metas para a melhoria dos índices obtidos no ano anterior, metas estas cujo atingimento será verificado pelo Poder Legislativo, juntamente com o Tribunal de Contas e o Ministério Público no exercício do *munus* fiscalizatório.

O descumprimento de tais metas, de maneira intencional ou omissiva, poderá tipificar a prática de crime de responsabilidade pelo agente delas incumbido.

Trata-se, portanto, de instrumento simples, mas capaz de contribuir decisivamente para reduzir a desigualdade e a exclusão sociais com que hoje convivemos.

Deputado Henrique Blasi (Líder do PMDB)



## Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)  
 1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)  
 2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PTB)  
 1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)  
 2º Secretário: Odete de Jesus (PL)  
 3º Secretário: Francisco de Assis (PT)  
 4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)  
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC  
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621  
 imprensa@alesc.sc.gov.br

## Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz  
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos  
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974  
 Editoração e Diagramação: Noeli Livi, Stela Martins  
 Redatores: Marise Ortega, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas  
 Revisão: Margareth Genovez  
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves  
 Distribuição: Setor de Expedição  
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

## PRESIDÊNCIA

### Audiência pública sobre aftosa em Curitibaanos

Por determinação do presidente da Assembléia Legislativa, deputado Onofre Santo Agostini (PFL), um contingente de funcionários da Assembléia Legislativa se deslocará no próximo dia 10 para Curitibaanos com o objetivo de criar a infraestrutura da Audiência Pública, promovida pela Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Clésio Salvaro (PFL) sobre febre aftosa.

A audiência pública, marcada para o dia 11 às 14 h, terá como palestra central “as implicações socioeconômicas que a febre aftosa pode trazer para o Estado e para o País”, a ser proferida por Luiz Carlos de Oliveira, secretário de Defesa Agropecuária do



Ministério da Agricultura e Abastecimento.

O evento fará parte da ExpoCentro, que ocorrerá entre os dias 10 a 17 de maio e deverá contar com a presença de repre-

sentantes do ministério e da secretaria da Agricultura, prefeitos, vereadores e lideranças da região Serrana, cooperativas agrícolas, sindicatos rurais, Epagri e Cidasc.

Segundo o presidente Agostini, a ExpoCentro é o fórum ideal para as discussões e esclarecimentos sobre a febre que ronda Santa Catarina e que está motivando forte sistema de controle sanitário e barreiras nas fronteiras catarinenses para impedir que a doença

dizime nossos rebanhos.

A cerimônia de abertura da exposição ocorrerá às 20 horas do dia 10, juntamente com a XI Exposição de Bovinos e Equinos a galpão e XV Fenovinos. Também será aberta a Exposição Catarinense do Alho.

## AL na Feira da Esperança

Pelo segundo ano consecutivo a Assembléia Legislativa montou um stand na Feira da Esperança, que tem por objetivo gerar recursos financeiros para a APAE, entidade filantrópica mantida basicamente por voluntários.

Nesta 14ª edição da feira, a participação da Alesc visa à aproximação do legislativo com eventos beneficentes. Para o presidente Onofre Agostini, tal participação cresce de importância porque o ano de 2001 é dedicado ao voluntariado. “A Feira da Esperança é a principal fonte de recursos da APAE, por isso é fundamental a presença e participação da comunidade”.



### Assembléia vai homenagear Itajaí

Uma sessão solene para homenagear o município de Itajaí pela passagem de seus 141 anos de emancipação política será proposta pelo presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), aos demais membros da Mesa da Casa, em reunião ordinária marcada para a próxima terça-feira (8). A sessão foi solicitada pelo prefeito Jandir Belini, em visita a Agostini na última semana. Se a idéia for acatada pela Mesa, a sessão deverá acontecer entre os dias 11 e 15 de junho.

Segundo o presidente, a sessão, além do aspecto comemorativo, será uma forma de “aproximar o Poder Legislativo da comunidade de Itajaí”, a exemplo do que já aconteceu em Lages, Blumenau e Joinville, onde a Assembléia realizou as sessões nos próprios municípios.

## ESPECIAL SAÚDE

# Hospital Regional para o Extremo-Oeste

Após conversações que manteve com o governador e com o secretário de Estado da Saúde, o deputado Milton Sander (líder do PPB), informou que a construção do Hospital Regional do Extremo-Oeste começará a ser viabilizada. O primeiro passo já foi acertado: no próximo dia 15, lideranças políticas do Extremo-Oeste, lideradas por Sander, serão recebidas pelo secretário da Saúde para tratar da questão, e, no mês seguinte, haverá audiência pública, reunindo todos os segmentos envolvidos.

Sander lembrou que nos anos 80 surgiu o Hospital Regional de Chapecó, que, por seu porte e localização, chegou a ser chamado de "elefante branco" por alguns que não acreditavam na eficácia da então nova unidade hospitalar. Na época, a região Oeste tinha cerca de 500 a 600 mil habitantes.

Mas logo o hospital virou centro de atendimento para os mais diferentes casos, atendendo pessoas de toda a região, incluindo moradores do estado do Rio Grande do Sul. No momento, pacientes locais estão sem atendimento em Chapecó e buscam outros centros, tais como Florianópolis e até capitais vizinhas, com grande dispêndio de recursos e de tempo, argumentou.



Deputado Milton Sander

**Prioridade** - Em vista disso, o governador Amin colocou em seu programa de governo prioridade para essa questão e, graças a emendas ao orçamento do Estado, o Hospital Regional do Extremo-Oeste deve virar realidade, atendendo diretamente 30 municípios. Quanto ao local onde deverá surgir o novo hospital, Sander acredita que poderá ser São Miguel do Oeste, ainda que não haja nenhuma decisão formal a respeito. Por ser cidade-pólo, tem boa infraestrutura, um ótimo campus universitário, boas ligações rodoviárias e um aeroporto em vias de expansão.

## Visita de religiosos

A deputada Odete de Jesus (PL) esteve reunida com representantes da Secretaria Estadual da Saúde com o objetivo de regulamentar a visita de ministros das diversas religiões a hospitais, prevista na Lei nº 11.189/99. Na ocasião, também foi implantado o Conselho de Ética das Igrejas, que irá normatizar a atuação dos representantes de cada religião na rede pública hospitalar de Santa Catarina.

Ficou definido que cada instituição hospitalar pública do Estado vai definir horários específicos para as visitas e indicar locais para a realização de cultos ou orientação religiosa para grupos de pacientes. Já os representantes credenciados terão horários livres para visitar enfermos sempre que solicitados por eles ou suas famílias.

Os ministros religiosos deverão, obrigatoriamente, respeitar o horário de alimentação, visita médica, quadro clínico e negativa do paciente ou de seus familiares, bem como o sono do doente e o silêncio necessário ao bom andamento do atendimento hospitalar.

Finalmente, ficou acertado que o Conselho de Ética das Igrejas irá credenciar seus representantes nas instituições hospitalares, os quais também serão cadastrados na Secretaria da Saúde.

## Parlamentares visitam hospitais psiquiátricos

Dando prosseguimento às visitas a estabelecimentos que tratam de doentes mentais, os membros da Comissão Especial Externa (CEE) da Saúde Mental, presidida pelo deputado Jaime Duarte (PPS) e tendo como relator o deputado Volnei Morastoni (PT), estiveram nesta quinta-feira (3) no Instituto Psiquiátrico São José, em São José. De natureza privada, a casa atende pacientes do SUS em 85% dos seus leitos, possuindo 160 pacientes, entre eles dependentes químicos, apresentando as melhores condições entre os hospitais já visitados. A Comissão visitará na próxima quinta-feira (10), às 15 horas, a Ala Psiquiátrica do Hospital Regional de Joinville.

Os parlamentares já conheceram em

visitas anteriores as dependências do Hospital Santa Teresa, em São Pedro de Alcântara, e do Hospital Psiquiátrico Colônia Santana, em São José, instituições que, segundo Duarte, deixaram uma boa impressão. No entanto ficou evidente que a tarefa poderia ser descentralizada por regiões, com o envolvimento dos municípios, pois o serviço está concentrado na Capital e na Grande Florianópolis.

Já em relação ao Hospital de Custódia, que funciona na Penitenciária da Capital, ele prega uma mudança em sua concepção. "O local tem características de presídio, pois o quadro funcional é formado por agentes que se preocupam apenas com a repressão. Além de uma melhor estrutura física, o Hospital

necessita de médicos psiquiatras, técnicos de saúde e assistentes sociais", disse o líder do PPS.

**Carências** - O diretor do Hospital de Custódia, Salvio Rodrigues, ressaltou a importância das visitas e reclamou da falta de material, de espaço físico e de profissionais, como enfermeiros e psiquiatras. Funcionando há 30 anos, o Hospital não sofreu nenhuma alteração em sua estrutura, construída para abrigar 40 internos. Atualmente atende 102 deficientes mentais que cometeram alguns delitos.

Todas as visitas foram acompanhadas de componentes da OAB, do Ministério Público Estadual e do coordenador de Saúde Mental da Secretaria da Saúde, Marcos Zaleski.

## COMISSÕES

## CCJ e governo discutem projetos dos servidores estaduais

Com a presença dos secretários Celestino Secco, da Administração, e Antônio Carlos Vieira, da Fazenda, e de representantes dos servidores estaduais, a Comissão de Justiça, presidida pelo deputado Reno Caramori (PPB), realizou nesta quarta-feira (2) uma audiência pública, proposta pela deputada Ideli Salvati (PT), com o objetivo de discutir e esclarecer dois projetos de origem governamental encaminhados à Assembléia, relacionados diretamente aos servidores estaduais.

O Projeto de Lei Complementar nº 025 cria o instituto da redistribuição, trata do deslocamento do servidor do Poder Executivo de um quadro de pessoal para outro, independente da vontade do servidor, para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços.

Na opinião de alguns sindicalistas, o projeto é discriminatório e injusto, porque não considera a opinião do funcionário, simplesmente o transfere de um setor para outro. Eles afirmaram que já ocorreram diversas transferências no magistério e no Ipesc, com perdas salariais. Outros, favoráveis, declararam que o projeto vai regularizar a situação dos funcionários que estão sem receber gratificação há muitos anos por pertencerem a um órgão e estarem à disposição de outro.



Secretários debatem projetos na Comissão de Justiça

A exemplo da deputada Ideli, que argumentou a necessidade de um amplo debate antes da votação na Comissão de Justiça, o deputado João Henrique Blasi (PMDB) foi taxativo: "A Assembléia não é um cartório de registros, onde os documentos apenas são assinados e saem da mesma forma que chegaram. Precisamos buscar alternativas".

Diante das argumentações apresentadas, o projeto terá nova discussão na próxima reunião da Comissão, no dia 8.

### Pasep

Debatido ainda o Projeto de Lei 298, que desvincula o Estado do Programa Federal de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), instituído em 1970.

Os dois secretários esclareceram que com a Constituição Federal de 1988, os recursos do Estado passaram a ser destinados para programas federais, como o financiamento do seguro-desemprego, sem benefícios para o servidor catarinense.

"Não somos o primeiro estado a fazer isso. Pelo menos oito já se desvincularam do Pasep", informou Antônio Carlos Vieira. Disse, ainda, que o projeto representa uma economia de R\$ 24 milhões anuais para os cofres públicos. Sobre os direitos do servidor, com as mudanças previstas no projeto, Vieira afirmou que tanto o saldo quanto o abono serão mantidos.

A deputada Ideli declarou que votará pela aprovação do projeto desde que os R\$ 24 milhões sejam destinados aos servidores como forma de benefício, como, por exemplo, o vale-alimentação. Vieira também argumentou que a emenda que deverá ser elaborada pelos deputados só terá o aval do governo caso não contrarie a Lei de Responsabilidade Fiscal.

### Municipalização do porto de Imbituba

Na próxima semana deverá ser instalada a Comissão Temporária Especial Interna para, no prazo de 90 dias, examinar a situação do porto de Imbituba. A proposição foi do deputado João Henrique Blasi (PMDB) e contará com a participação dos deputados Manoel Mota (PMDB), Valmir Comin (PPB), Altair Guidi (PPB), Julio Garcia (PFL), José Paulo Serafin (PT) e Jorginho Mello (PSDB).

Segundo Blasi, há problemas de má gestão, o que preocupa não apenas o município de Imbituba, mas todo o Estado. Uma equipe de auditores desig-

nada pelo ministério dos Transportes está fazendo um levantamento da real situação do porto. Com o diagnóstico em mãos, os parlamentares pretendem buscar alternativas para o problema deficitário do Porto de Imbituba. "A experiência positiva de Itajaí, onde há vários anos aquele importante porto foi municipalizado, leva-nos a crer que esse é o caminho mais viável", destacou Blasi. O parlamentar informou que se for municipalizado, o porto passa a ser gerido por um conselho municipal formado por representantes da prefeitura, do setor empresarial e dos próprios trabalhadores.

## PLENÁRIO

# Associação para catadores de lixo

### Joinville

O deputado Francisco de Assis (PT) promoveu nesta segunda-feira (30), em Joinville, o "1º Encontro para Troca de Experiências e Aprofundamento de Questões a Organização dos Catadores/Recicladores de Lixo". O evento reuniu técnicos, ONGs, prefeituras e outras entidades envolvidas na organização dos catadores de todo o Estado.

Em plenário o parlamentar comentou que, o ponto alto do encontro foi a palestra de Egídio Fiorotte, que trabalha há 18 anos com a organização da categoria e veio representar a *Federação das Associações de Reciclagem de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul*, tendo apresentado as experiências desenvolvidas no estado gaúcho. No período da noite, a reunião foi exclusiva com os catadores de Joinville, que, no

final, fizeram uma comissão provisória com o objetivo de oficializar uma associação da classe.

Os catadores relataram no encontro que a grande dificuldade enfrentada no dia-a-dia é com os atravessadores, pois na maioria das vezes são donos dos carrinhos e os exploram economicamente. Para Assis, esses trabalhadores precisam se organizar para não serem explorados e, com isso, sentirem as vantagens desse trabalho, considerado pelos próprios catadores como árduo, pouco lucrativo e muito desvalorizado.

Hoje, em Santa Catarina, poucas prefeituras estão preocupadas com esses trabalhadores. Apenas nas cidades de Blumenau e Chapecó existem associações organizadas. Em outros municípios, como Florianópolis e Criciúma, a organização ainda está a passos lentos, e na grande maioria, nada está sendo feito. De acordo com o parlamentar, espera-se que a partir



Deputado Francisco de Assis

dessas iniciativas os catadores possam organizar-se em mais cidades do Estado e que o poder público tome consciência da importância desses trabalhadores, criando legislações próprias.

## Conselho de Afro-descendentes

Aprovado Projeto de Lei nº 30/01, de origem governamental, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual das Populações Afro-descendentes em Santa Catarina (Cepa), com sede e foro na capital do estado. Órgão colegiado de caráter permanente e com a participação do governo e da sociedade civil organizada, tem a finalidade de promover igualdade, participação e políticas públicas de promoção, desenvolvimento e defesa dos direitos humanos capazes de garantir o pleno exercício da cidadania das populações negras no Estado.

## Peixe na merenda escolar

Amparado nos arts. 5º e 6º da Medida Provisória 1.784-1, do Governo Federal, que prevê a regionalização do cardápio da merenda escolar, o deputado Salvaro (PFL) apresentou nesta quarta-feira (2) projeto de lei para que o governo do Estado faça a inclusão de peixe no cardápio da rede estadual. Na justificativa, o parlamentar afirma que o peixe vai enriquecer a alimentação oferecida, além de condicionar diretamente o alto valor nutritivo do

produto ao desenvolvimento físico e mental do estudante.

"O peixe vai também proporcionar uma saborosa merenda aos escolares e incentivar diretamente as questões culturais e hábitos alimentares regionais", explica Salvaro. Segundo ele, ocorrerá ainda incremento ao pescado artesanal, o que abre espaço diretamente para mão-de-obra ociosa nas várias colônias de pescadores, alterando diretamente a economia do Estado, observa.

## Preço do arroz

O deputado Rogério Mendonça (PMDB) solicitou ao Ministério da Agricultura adoção de medidas para elevar do preço o arroz pago ao produtor rural, através de mudanças no programa de comercialização nacional. Dentre as mudanças necessárias destacam-se a flexibilização das normas dos Empréstimos do Governo Federal – EGF –, alongando o prazo de 180 para 270 dias, com vencimento parcelado, sendo cobrado 30% do valor do empréstimo em outubro, 30% em novembro e o saldo em dezembro de 2001; o aporte de R\$ 35 milhões para serem emprestados às cooperativas e indústrias de beneficiamento, que repassarão aos

agricultores; e a prorrogação do vencimento das parcelas do custeio agrícola, sendo que as novas datas de vencimento devem coincidir com o prazo de resgate dos contratos de opção de venda a serem lançados pelo Ministério da Agricultura. A medida poderá beneficiar cerca de 12 mil rizicultores somente em Santa Catarina.

## Na contramão

Medidas urgentes para impedir o tráfego na contramão no túnel do Morro do Boi, na BR-101, estão sendo pedidas pelo deputado César Souza (PFL) ao ministro da Justiça. Ele quer uma fiscalização efetiva por parte da Polícia Rodoviária Federal nas áreas de possível acesso ao túnel, para garantir a segurança dos motoristas que trafegam pelo local. César Souza lembra que "o trecho duplicado da BR-101, de Balneário Camboriú até Itapema, compreendendo o túnel do Morro do Boi e seus acessos, após quatro meses de sua inauguração foi palco de três acidentes, dois com vítimas fatais. Em todos os casos os motoristas estavam embriagados, daí a necessidade de maior fiscalização, instalação de barreiras ou reforço da sinalização no local".

## Produtores de pinhão

Em resposta à solicitação da presidente da Câmara de Vereadores de São Joaquim, vereadora Estela Maris Chiodelli, o deputado Onofre Agostini (PFL) pediu a revogação da Portaria 20/76, que proíbe a colheita e comercialização do pinhão antes do dia 15 de abril de cada ano. Em ofício à Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, o presidente da Assembléia reivindicou a

instituição do dia 20 de março para o início da atividade.

Agostini está preocupado com a situação de centenas de pessoas que sobrevivem da venda de pinhão em mais de cinquenta municípios, que margeiam, principalmente, as rodovias 470 e 116. "São pessoas que dependem da atividade para garantir o sustento de suas famílias no período de março a agosto de cada ano", lembrou.

### Deter

Abertura de representação do Deter em Navegantes está sendo solicitada pelo deputado Volnei Morastoni (PT) ao diretor daquele órgão. Diz que a presença do Deter em Navegantes vai facilitar o acesso à distribuição ao controle dos passes aos usuários do *ferry-boat* e balsa, uma vez que atualmente mais de quatro mil pessoas têm que se deslocar mensalmente até a rodoviária de Itajaí para a obtenção dos passes.

## Execução orçamentária

Pedido de informação ao governador sobre a execução orçamentária no exercício financeiro de 2000 foi formulado pela deputada Ideli Salvatti (PT).

Quer a especificação das obras executadas na Ação 1093 – obras emergenciais do ensino fundamental - e nas Ações 1094 e 1172 – que tratam

de ampliações e reformas em escolas na região da Grande Florianópolis, de responsabilidade da Secretaria da Educação, e os valores investidos.

Indagou, ainda sobre o orçamento próprio da Casan nos anos de 1999 a 2001 e a execução orçamentária própria daquela empresa para 1998 e 2000.

## Terrenos de marinha

O deputado João Henrique Blasi (PMDB) requereu a realização de sessão especial para discutir questões referentes às ações que estão sendo encetadas pela União Federal com base na Lei 9.636, de 15 de maio de 1998, para a retomada dos denominados terrenos de marinha, ou seja, aqueles localizados a 33 metros da preamar médio. Destaca que a matéria ostenta grande relevância pela repercussão social que irá ter em relação a

milhares de famílias catarinenses, que estão na iminência de perder o patrimônio que lhes pertence. "Esse assunto deve ser amplamente discutido com a sociedade", disse Blasi.

Por outro lado, o deputado solicitou o envio de expediente ao delegado do Serviço do Patrimônio da União em Santa Catarina solicitando informações e o fornecimento dos mapas da nova preamar médio de todo o litoral catarinense.

## Proposições

**Deputado Rogério Mendonça** (PMDB) ao governador indagando qual a participação do Estado no transporte escolar dos municípios, os valores despendidos e os benefícios proporcionados nos últimos dois anos.

**Deputado Antônio Aguiar** (PFL) ao governador solicitando imediato recapeamento asfáltico da rodovia 280, trecho que compreende Mafra/Canoinhas, e do trecho Canoinhas/Major Vieira.

**Deputado Romildo Titon** (PMDB) ao governador e ao comandante-geral da Polícia Militar requerendo providências para destinar duas viaturas para o uso do 3º Pelotão da PM de Fraiburgo.

**Deputado Onofre Agostini** (PFL) ao presidente da Celesc manifestando solidariedade aos duzentos funcionários daquele órgão que estão sendo demitidos por ordem judicial.

**Deputado Adelor Vieira** (PFL) às autoridades de Itapoá pelas comemorações alusivas aos 12 anos de emancipação político-administrativa daquele município.

**Deputado Romildo Titon** (PMDB) aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de Abdon Batista, Celso Ramos e Cerro Negro pelas emancipações comemoradas neste mês.

**Deputado Adelor Vieira** (PFL) ao secretário dos Transportes e Obras solicitando a pavimentação asfáltica do trecho Palmitos/Balneário de Ilha Redonda, no Oeste do Estado.

**Deputado Heitor Sché** (PFL) ao secretário dos Transportes e Obras solicitando a estadualização das rodovias que ligam Saletete a Witmarsum, no trecho entre a SC-422 até a sua ligação com a SC-421, e de Saletete a Rio do Campo, no trecho entre a SC-422 até a SC-423.

**Deputado Rogério Mendonça** (PMDB) ao governador do Estado pedindo informações sobre o quadro funcional da Secretaria da Educação e quantos funcionários daquela pasta encontram-se à disposição, com ou sem ônus para a origem.

**Deputado João Henrique Blasi** (PMDB) ao governador do Estado solicitando que seja encaminhado à Assembléia relatório circunstanciado acerca do decreto judicial de falência da Companhia Catarinense de Assessoria (CCA).

**Deputada Ideli Salvatti** (PT) ao presidente da Casan requerendo que sejam enumerados os convênios realizados com a Prefeitura de Florianópolis para financiamento de projetos na área de saneamento, no período de 1995/2000.

**Deputado Romildo Titon** (PMDB) à bancada catarinense no Congresso Nacional solicitando integral apoio para a aprovação do projeto de lei que institui, entre outras, a Vara do Trabalho de Fraiburgo.

**Deputado Julio Garcia** (PFL) à secretária da Educação indagando o número de alunos exigidos em uma escola de educação básica para que se tenha o cargo de diretora adjunta.

**Deputado Antônio Aguiar** (PFL) ao diretor da TIM Telesc Celular solicitando a instalação de antena e implantação do sistema de telefonia celular em Bela Vista do Toldo e Timbó Grande.

**Deputado Adelor Vieira** (PFL) ao superintendente do Ibama solicitando a antecipação do prazo para a colheita do pinhão, de 15 de abril para 20 de março.

**Deputado Nelson Goetten** (PPB) ao comandante da Polícia Militar solicitando a implantação de um posto da Polícia Rodoviária Estadual na rodovia SC-422, trecho entre Pouso Redondo e Taió.

**Deputado Ivan Ranzolin** (PPB) requerendo a realização de sessão especial para homenagear o centenário do Colégio Santa Rosa de Lima, de Lages.

**Deputado Herneus de Nadal** (PMDB) ao secretário da Agricultura pedindo a cessação da condição exigida pelo governo ao agricultor para esteja em dia com o Crédito de Emergência ou assuma compromisso de fazê-lo para usufruir do Programa de Calcário.

## GERAL

### Continua mobilização pela BR-101

#### Morro dos Cavalos continua sendo impasse na duplicação da BR-101 Sul

Os integrantes da Comissão Parlamentar Externa da BR-101, presidida pelo deputado Joares Ponticelli (PPB), estiveram reunidos nesta segunda-feira (30) com senadores e deputados federais do Fórum Parlamentar Catarinense, na sede da Associação dos Municípios da Região Carbonífera, em Criciúma.

Na ocasião, o deputado Ponticelli sugeriu a criação de duas frentes de trabalho para acompanhar, em Brasília, o processo de duplicação da BR-101 em seu trecho sul. Uma das frentes vai acompanhar o processo de elaboração dos editais dos lotes que compõem o projeto técnico elaborado pelo DNER. A outra ficará encarregada de acompanhar a contratação do financiamento com os bancos internacionais. A maior

preocupação do parlamentar é com o fato de que a licença prévia ambiental foi entregue pelo Ibama sem a solução para a área do conflito, que é o trecho do Lote 2, no Morro dos Cavalos. “Queremos evitar algum acidente de percurso”, afirmou.

#### Índios pedem apoio

O acidente de percurso poderá ser exatamente o que preocupa os índios guarani: o futuro das comunidades indígenas em função da duplicação. Foi criado um impasse com a postura do Ibama em licenciar toda a obra, deixando de fora o conflito com a Funai.

Neste sentido, a Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo deputado Jaime Duarte (PPS), reuniu nesta quinta-feira (3), na Assembléia, o DNER, a UFSC, a Fatma e Procuradores da República em Santa Catarina para procurar uma saída que não esbarre na Constituição Federal, que assegura o direito dos guarani – quando proíbe a exploração do subsolo e de projetos de desenvolvimento urbano em áreas indígenas. Nova reunião está marcada para o dia 7 de junho, no Centro de Convivência, no Morro dos Cavalos.

### Grupo de Trabalho

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), presidida pela deputada Ideli Salvatti (PT), que investiga denúncias de sonegação fiscal em Santa Catarina instalou nesta quarta-feira (2) um grupo de trabalho, que terá como objetivo principal a apresentação de propostas para revisar a atual legislação tributária em nível nacional e estadual.

“A equipe vai realizar, inicialmente, uma análise das leis em vigor, a fim de detectar possíveis pontos que podem ser modernizados, mas para isso deve consultar o Congresso Nacional, porque grande parte da legislação que rege o setor é de iniciativa do Governo Federal, explicou a parlamentar petista.

O grupo é formado por Nilson Goedert, do Conselho Regional de Contabilidade; Jaime Leite, da Federação dos Dirigentes Lojistas; Adriana Sanches, da Federação das Indústrias de Santa Catarina; Márcia Arend, do Ministério Público; José Chaves, da Ordem dos Advogados do Brasil; João Carlos Kunzler, da Secretaria da Fazenda, e Jorge Ocampo Moré Jr. = do Sindicato dos Fiscais.

## Agenda

**Dia 7**, às 14h30min. – A CPI destinada a apurar a regularidade do contrato celebrado entre a CBF e a Nike, da Câmara Federal, realizará audiência pública para ouvir os representantes das Federações de Futebol da região Sul.

**Local:** Plenário

**Dia 7**, às 18h – Sessão solene em comemoração ao *Dia da Vitória*, requerida pelo presidente deputado Onofre Agostini (PFL), para homenagear os ex-combatentes do Brasil.

**Local:** Plenário

**Dia 7**, às 19h30min. – Lançamento dos livros *Memória de um Ex-Combatente* e *Liberdade com Sangue* dos autores José Edgar Eckert e Nilson Vasco Godin, respectivamente.

**Local:** Hall da Alesc

**Dia 8**, às 9h – CPI da Sonegação ouvirá o depoimento de Jairo Medeiros da Silva, contador em Pomerode.

**Local:** Sala da CPI

**Dia 8**, às 9h – A Comissão de Justiça debate o projeto governamental que trata da redistribuição dos servidores públicos.

**Local:** Sala das Comissões

**Dia 9**, às 10h – A CPI da Sonegação ouvirá o depoimento de Luiz Agripino, fiscal de mercadoria em trânsito em Joaçaba.

**Local:** Sala da CPI

**Dia 9**, às 16h – Votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 20/00 que prevê a realização de plebiscito sobre privatização do Besc.

**Local:** Plenário

**Dia 11**, às 14h30min. – A Assembléia Legislativa, através da Comissão Permanente de Agricultura promoverá audiência pública sobre *As Implicações sócio-econômicas que a febre aftosa pode trazer para o Estado e para o País*, com palestra de Luiz Carlos de Oliveira, secretário de Defesa Agropecuária do ministério da Agricultura e Abastecimento.

**Local:** Pavilhão de remates da ExpoCentro em Curitiba